



RELATÓRIO

VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS MESES QUE ANTECEDEM A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO

O Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis – CNDDH instituído pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi criado a fim de responder ao proposto no Decreto nº 7053, de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, com o objetivo precípuo de promover e defender os direitos fundamentais da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis vem apresentar relatório sobre o registro de violações no contexto que antecede à Copa do Mundo de 2014.

As denúncias registradas pelo CNDDH têm como fonte o Disque 100 – Serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituições de segurança pública, polícia civil, Ministério Público, sociedade civil organizada, movimentos sociais, denúncias espontâneas feitas diretamente ao CNDDH e ainda a busca ativa em veículos de comunicação.

O CNDDH vem recebendo denúncias de violações de direitos humanos contra a população em situação de rua, ocorridas em algumas cidades-sedes da Copa. Essas denúncias, em sua grande maioria, tratam de violência institucional cometida pelo poder público e apresentam caráter higienista, podendo apresentar relação com a preparação para a Copa do Mundo.



São Paulo

Em São Paulo, no dia 30 de maio o CNDDH recebeu denúncia da ação de limpeza urbana e remoção forçada de pessoas em situação de rua do Viaduto Alcântara Machado, na Radial Leste, via de acesso ao estádio Arena Corinthians. A Guarda Civil Municipal e a Limpeza Urbana retiraram pertences e moradias improvisadas de pessoas em situação de rua do local, havia famílias com crianças, cerca de 90 pessoas foram atingidas com a ação. Segundo a denúncia as famílias não foram informadas sobre a ação. A ação foi registrada com fotos e vídeo, as primeiras imagens dão conta de cenas de violência praticadas pelo poder público, pessoas machucadas, barracos derrubados e queimados. Nessa ação não foi apresentado qualquer planejamento sobre a assistência à população em situação de rua vítima da operação.

Rio de Janeiro

O CNDDH registrou em 2014, na Capital, a manutenção das ações higienistas. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), juntamente com instituições de segurança pública do Município e do Estado, realizaram operações de retirada e recondução de pessoas em situação de rua que ocupavam espaços públicos próximos a diversas avenidas e viadutos do Rio de Janeiro. Há relatos de casos de encaminhamento para Delegacias de Polícia para identificação, bem como a serviços socioassistenciais de abrigamento sem a concordância dos abordados.

Em 9 de fevereiro de 2014, por meio de uma Força Tarefa composta pelas secretarias municipais de Governo, Desenvolvimento Social e Ordem Pública, Comlurb, Guarda Municipal e Polícia Militar, pessoas em situação de rua foram literalmente recolhidas das ruas de maneira arbitrária e sem a garantia de seus direitos fundamentais. Também ressaltamos que alterações no espaço urbano resultaram na retirada de pessoas em situação de rua das regiões próximas ao estádio do Maracanã.



Diante das remoções forçadas pessoas foram encaminhadas a força para abrigos. Nessas condições foi deflagrada a ineficiência das políticas públicas voltadas para o acolhimento da população em situação de rua no Município, com o registro de denúncias sobre a precariedade dos serviços de acolhimento, notadamente o Abrigo de Paciência, Rio Acolhedor. O Abrigo sofre constantes denúncias em razão da superlotação do local (com capacidade para 150 pessoas recebe o número de até 400 pessoas), precariedade da estrutura e dos serviços, além da falta de segurança.

No dia 06 de junho de 2014, um grupo de Promotores de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, flagrou cinco vans da Prefeitura do Rio de Janeiro chegando ao Abrigo de Paciência com 26 pessoas em situação de rua, que relataram uso de força pelos funcionários da prefeitura. Os Promotores de Justiça denunciaram ainda a situação precária e degradante do Abrigo de Paciência.

Belo Horizonte

No período de abril de 2014 até a presente data foram registrados 03 denúncias de retirada ilegal de pertences da PSR por parte de agentes da fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte, acompanhados da Polícia Militar. Nas ações foram retirados pertences como: roupas, documentos, cobertores, alimentos e instrumentos de trabalho. As ações aconteceram no Viaduto da Avenida Francisco Salles, Viaduto da Avenida Silva Lobo, importantes vias de acesso ao centro, e na Rua Alagoas, na Savassi, região central de Belo Horizonte.

Salvador

Em Abril de 2014, o CNDDH registrou 07 relatos de pessoas em situação de rua e profissionais que trabalham com a população em situação de rua sobre possíveis ações higienistas no Município. Segundo informações, durante a noite, pessoas em situação de rua eram surpreendidas por carros pipa e recebiam jatos de água no corpo. De acordo com relatos, as ações tinham o apoio de guardas municipais em carros pequenos sem



identificação de nenhum órgão. Já os carros pipa com jato de água possuíam identificação da empresa que presta serviço de limpeza em Salvador, a Limpurb.

Além dos jatos d'água, as denúncias relatam que a Limpurb estaria utilizando um carro para recolher pertences das pessoas em situação de rua, alguns relatos também afirmam que uma Kombi estaria recolhendo pessoas do Centro da cidade de Salvador e arredores da Arena Fonte Nova para levá-las à cidade de Simões Filho, na região metropolitana de Salvador.

As denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, que já iniciaram providências, como o ingresso de uma ação civil pública, e prosseguem acompanhando os casos. Na última semana se iniciou um diálogo com a Secretaria de Assistência Social, Guarda Municipal e Limpurb.

Porto Alegre

No dia 08 de maio, através de um seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o CNDDH tomou conhecimento de relatos da população em situação de rua em relação à intensificação de violações de direitos contra esse grupo populacional com a aproximação da Copa do Mundo.

Em uma denúncia apresentada no Seminário, os relatos foram de violência física por parte de policiais da PM contra pessoas em situação de rua, fatos esses relatados também nas reuniões do Movimento da População de rua regional. O denunciante teve que ser incluído em um programa de proteção aos defensores de direitos humanos.

As denúncias relativas à Guarda Municipal foram recebidas pelo Núcleo através de um trabalhador da Guarda Municipal que se sentiu incomodado por receber uma ordem do comando da guarda para retirar pessoas em situação de rua que estavam ficando no entorno da estátua do Lançador, próximo ao aeroporto Salgado Filho. Houve ainda mais



uma determinação da mesma natureza, dessa vez para retirar um grupo de pessoas em situação de rua da Praça Alfândega.

Segundo informações, a população em situação de rua tem recebido orientação para que deixe os espaços públicos, sendo recomendado a órgãos e instituições que auxiliem essas pessoas a procurarem os albergues e abrigos, tendo em vista o temor de possíveis remoções compulsórias das pessoas em situação de rua, especialmente as que vivem no centro histórico.

CONSIDERAÇÕES

Nos demais cidades-sede da Copa não foram registradas violações pelo CNDDH, entretanto, em todas as cidades a população em situação de rua relata medo em razão da insegurança, possibilidade de retiradas forçadas, prisão arbitrária e retirada de pertences.

Destacamos que muitas violações não são denunciadas, tendo em vista a situação de vulnerabilidade e insegurança das pessoas em situação de rua, além da dificuldade de acesso a programas de proteção.

O CNDDH e seus Núcleos continuam a divulgar canais de denúncia e orientação junto à população em situação de rua, poder público e sociedade em geral, com escalas de trabalho durante os jogos.

**Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos
Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH)**